

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO -- 24\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade de Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 30%.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	500\$00	380\$00
Para o estrangeiro... ..	900\$00	740\$00
AVULSO: por cada duas páginas	4\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada farão carão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

Aviso

Os Ex.^{mos} assinantes do Boletim Oficial são avisados de que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1979, até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem o que as inscrições serão feitas à data da recepção, sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam da Portaria n.º 53/77 inserta no Boletim Oficial n.º 41/77.

SUMARIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Retificações:

Ao n.º VI do mapa a que se refere o artigo 2.º do Decreto n.º 107/78 e ao artigo 1.º da Portaria n.º 89/78, publicados nos Boletins Oficiais n.ºs 46 e 48, respectivamente.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Portaria n.º 92/78:

Manda efectuar transferências de verbas no orçamento vigente da Junta Autónoma dos Portos.

Portaria n.º 93/78:

Manda por em circulação, a partir de 16 de Junho de 1978 selos comemorativos da emissão do «Ano Internacional para a Luta Contra o Apartheid».

Gabinete do Primeiro Ministro.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho.

Ministério da Educação e Cultura:

Direcção-Geral de Educação.

Ministério da Saúde e Assuntos Sociais:

Direcção-Geral de Saúde:

Ministério das Obras Públicas:

Direcção-Geral das Obras Públicas:

Ministério da Justiça:

Secretaria-Geral:

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria-Geral do Governo

Rectificação

Ao mapa a que se refere o artigo 2.º do Decreto n.º 107/78, de 18 de Novembro, inserto no Boletim Oficial n.º 46, da mesma data:

No n.º VI — Centro de Manutenção de Equipamentos e Oficinas deverá incluir-se um lugar de auxiliar de campo — letra «N».

Secretaria-Geral do Governo, 12 de Dezembro de 1978. — O Secretário-Geral, João de Deus Maximiano.

Rectificação

Ao artigo 1.º da Portaria n.º 89/78, de 2 de Dezembro, publicada no Boletim Oficial da mesma data:

No n.º 3.1, onde está «10.000\$», deve ler-se «1 000\$»;

No n.º 8.1.1, onde está «instalação externa», deve ler-se «instalação interna»;

Onde está «8.1.1.—Taxa de telefones por mês», deve ler-se «8.2.1.—Taxa de telefones por mês».

Secretaria-Geral do Governo, 13 de Dezembro de 1978.
— O Secretário-Geral, *João de Deus Maximiano*.

—o8o—

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 92/78

de 16 de Dezembro

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro dos Transportes e Comunicações:

Artigo único. São postos em circulação a partir de 16 de Junho de 1978, 500 000 selos comemorativos da emissão «Ano Internacional para a Luta contra o Apartheid», com as dimensões de 50×30 mm, denteado 13×13 mm, em folhas de 50, da taxa única de 4\$50.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 6 de Dezembro de 1978. — O Ministro, *Herculano Vieira*

Portaria n.º 93/78

de 16 de Dezembro

Havendo necessidade de se promover a reforços de determinadas verbas do orçamento da JAP para o corrente ano e que se mostram insuficientes para ocorrer certas despesas;

Ouvida a Secretaria de Estado das Finanças;

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75 de 5 de Julho de 1975, manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro dos Transportes e Comunicações, que sejam efectuadas as seguintes transferências de verbas no orçamento da Junta Autónoma dos Portos:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforço ou inscrição	Anulaçã
	1.º		Vencimentos e salários.		3 460 000\$00
	4.º		Horas extraordinárias...	420 000\$00	
	6.º		Deslocações	100 000\$00	
	9.º	1	Construções e grandes reparações		300 000\$00
	10.º	1	Combustíveis e lubrificantes		200 000\$00
		2	Consumos de secretaria.	50 000\$00	
	12.º	4	Trabalhos especiais diversos		60 000\$00
		5	Encargos não especificados	3 500 000\$00	
	20.º		Saldo orçamental		50 000\$00
				4 070 000\$00	4 070 000\$00

Ministério dos Transportes e Comunicações, 16 de Dezembro de 1978. — O Ministro, *Herculano Vieira*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 31 de Outubro de 1978:

Arnaldo Barreto Monteiro — nomeado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Administrador da Imprensa Nacional, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, ficando exonerado das funções interinas anteriores. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 23 de Novembro de 1978).

De 13 de Novembro:

Rolando de Fátima Ben'Oliel, funcionário aposentado — contratado para, nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 21/76, de 6 de Março, exercer o cargo de director administrativo do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Fica rescindido o contrato anterior como chefe de departamento do Ministério da Defesa e Segurança Nacional.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 59.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 13 de Dezembro de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 2 de Agosto de 1978:

Silvestre Vaz Lopes Soares — contratado, precedendo concurso documental, para exercer o cargo de professor de posto escolar, da Direcção-Geral da Educação.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 24.º, artigo 16.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 23 de Novembro de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 13 de Dezembro de 1978:

Paulino Rodrigues — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de delegado do Procurador da República, com efeitos retroactivos à data da posse, nos termos do Decreto n.º 24 800/34, aplicável aos Serviços de Justiça pelo Decreto n.º 25 724/35, ficando colocado na sub-região do Tarrafal.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 7.º, artigo 45.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 19 de Junho de 1978).

Despacho do Camarada Ministro da Justiça, em substituição do Camarada Secretário de Estado da Administração Interna, Função Pública e Trabalho:

De 17 de Novembro de 1978:

Zeferino Gomes de Barros, servente assalariado da Direcção-Geral de Saúde, desligado de serviço para efeitos de aposentação, por despacho de 21 de Março de 1978, pu-

blicado no *Boletim Oficial* n.º 16/78 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 30 000\$, fixada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75 e correspondente a 40 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

António Almeida Lopes, guarda de 2.ª classe da Direcção Nacional de Segurança (Departamento da Polícia Económica, a Fiscal), desligado de serviço para efeitos de aposentação, por despacho de 23 de Fevereiro de 1976, publicado no *Boletim Oficial* n.º 10/76 — concedida a aposentação definitiva no lugar, com direito à pensão anual de 55 610\$, fixada de harmonia com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, conjuntamente com a alínea b) do n.º 4 do artigo 4.º do mesmo diploma, correspondente a 40 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 15.º, artigo 125.º do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 5 de Dezembro seguinte).

Despachos do Camarada Director-Geral, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 30 de Novembro de 1978:

Lúisa Évora Silva, distribuidor de 3.ª classe, contratado dos Serviços dos Correios e Telecomunicações — conta o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

Para efeitos de aposentação:

A M D

A Administração Colonial Portuguesa:

De 12 de Março de 1935 a 31 de Março de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo 26 5 18

Para efeitos de diuturnidade:

De 12 de Março de 1953 a 31 Março de 1975 22 — 20

De 7 de Dezembro:

Maria do Rosário de Fátima Martins Duarte, tesoureiro de 2.ª classe dos Correios e Telecomunicações — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A M D

A Administração Colonial Portuguesa:

De 1 de Março de 1965 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo 12 4 28

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 30 de Setembro de 1978 3 2 26

Soma ou total 15 7 24

Norberta Dias da Veiga Correia Alves, 1.º oficial interino, da Direcção-Geral de Estatística — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A M D

A Administração Colonial Portuguesa:

De 7 de Janeiro de 1963 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo 14 11 27

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Março de 1978 2 8 27

Soma ou total 17 8 24

Tomás Cecília Marçal, director de 3.ª classe da Direcção-Geral das Obras Públicas — conta, para efeitos de aposentação, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

A M D

A Administração Colonial Portuguesa:

De 28 de Abril de 1951 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo 28 — 8

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 31 de Outubro de 1978 3 3 27

Soma ou total 31 4 5

Maria Antónia Brito Nobre Leite Miranda Alfama, professora contratada, da Escola Preparatória da Praia — Conta; para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço:

A M D

Em Angola:

De 20 de Setembro de 1964 a 11 de Junho de 1965 — 8 22

De 20 de Setembro de 1965 a 11 de Junho de 1966 — 8 22

De 20 de Setembro de 1966 a 11 de Junho de 1967 — 8 22

De 28 de Setembro de 1967 a 10 de Julho de 1968 — 9 13

De 20 de Setembro de 1968 a 7 de Julho de 1969 — 9 18

De 20 de Setembro de 1969 a 24 de Julho de 1970 — 10 5

De 18 de Setembro de 1970 a 31 de Julho de 1971 — 10 14

De 20 de Setembro de 1971 a 30 de Julho de 1972 — 10 11

De 11 de Setembro de 1972 a 14 de Julho de 1973 — 10 4

De 24 de Setembro de 1973 a 31 de Julho de 1974 — 10 8

Em Cabo Verde:

De 4 de Janeiro a 31 de Julho de 1975 — 6 28

De 10 de Novembro de 1975 a 31 de Agosto de 1976 — 9 22

De 7 de Outubro de 1976 a 30 de Junho de 1978 1 8 24

Soma ou total 11 2 3

Teodora Augusta dos Santos Sapinho Gomes Monteiro, professora de posto escolar, contratada — conta o seguinte tempo de serviço:

Para efeitos de aposentação:

A Administração Colonial Portuguesa:

De 3 de Outubro de 1960 a 4 de Julho de 1975, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo 17 8 14

Ao Estado de Cabo Verde:

De 5 de Julho de 1975 a 30 de Setembro de 1978 3 2 27

Soma ou total 20 11 11

Para efeitos de mudança de escalão:

De 3 de Outubro de 1960 a 30 de Setembro de 1978 17 11 28

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio, Turismo e Artesanato:

De 26 de Agosto de 1978:

João Henrique Monteiro — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de auxiliar de artesão, do Centro Regional de Artesanato.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 9.º, artigo 66.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 16 de Novembro de 1978).

Despachos do Camarada Secretário-Geral do Ministério da Saúde, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 18 de Novembro de 1978:

Júlia Oliveira Ramos, monitora da Escola Técnica de Enfermagem — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada devem ser concedidos trinta dias para tratamento e repouso, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Isídro Pereira Semedo, da Direcção-Geral das Obras Públicas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos trinta dias para tratamento e repouso, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Obs.: Os dias ora concedidos devem ser contados a partir da data em que terminou o primeiro período de convalescência.

Maria de Lourdes Bettencourt Duarte Gonçalves, aspirante, desempenhando as funções de 3.º oficial, interino, da Secretaria-Geral de Educação e Cultura — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada devem ser concedidos mais 15 dias para tratamento, findos os quais deve reatar as suas funções, mas sob regime de tratamento ambulatório no Hospital da Praia».

Margarida Afonso Sanches Semedo Fortes Rezende, esposa do 2.º oficial, interino, da Direcção-Geral de Finanças, José João Carnaval Barbosa Fortes Rezende — homolo-

gado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 16 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve continuar em tratamento ambulatório com o seu médico assistente, neste Hospital».

De 25 de Novembro:

Margarida Nobre de Oliveira Vera Cruz, professora do Ciclo Preparatório — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Novembro de 1976, que é do seguinte teor:

«Que a examinada deve ser evacuada para o exterior a fim de ser tratada num serviço de nefrologia, por estarem esgotados os recursos locais de tratamento e a sua vida correr perigo com a sua permanência no país».

Obs.: Evacuar para Portugal.

Maria Antónia Nobre Leite Miranda Alfama, directora da Escola Preparatória da Praia — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado de gastroenterologia, por se encontrarem esgotados os recursos locais de diagnóstico e tratamento e por se presumir um agravamento do seu quadro patológico com a sua permanência neste Estado».

Obs.: Evacuar para Portugal.

De 6 de Dezembro:

Francisca Maria Rosa de Burgo, enfermeira de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 30 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada já se encontra apta a retomar as suas actividades profissionais».

Carlos Rodrigues Lopes de Pina, condutor-auto de 2.ª classe dos Transportes Aéreos de Cabo Verde — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado já se encontra apto a retomar as suas actividades profissionais».

Bernardo Gomes Monteiro, escriturário-dactilógrafo da Direcção-Geral da Administração Interna — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Ao examinado devem ser concedidos sessenta dias para tratamento e repouso, findos os quais deve ser de novo presente à Junta de Saúde».

Obs.: Os dias ora concedidos devem ser contados a partir da data em que teve alta do Hospital. Deve ficar vinculado à consulta externa de medicina do Hospital da Praia.

Luís Lopes Tavares, pai de Gregório Tavares Semedo, chefe de trabalhos de 2.ª classe, da Direcção-Geral das Obras Públicas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 3 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«O examinado deve ser evacuado para o Hospital do Mindelo, em S. Vicente, por se encontrarem esgo-

tados os recursos locais de tratamento e por se presumir uma melhoria da função visual com o tratamento adequado».

Obs.: Evacuar para S. Vicente

De 6 de Dezembro de 1978:

Maria Clara Ferreira Seabra Sá, professora contratada do 1.º grupo do Liceu «Domingos Ramos» — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado de psiquiatria por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento e por se presumir um agravamento do seu quadro psicopatológico com a sua permanência neste Estado».

Obs.: Evacuar para Portugal.

Maria Filomena do Rosário de Fátima Borges Tavares, auxiliar de enfermagem da Direcção-Geral de Saúde — homologado o parecer da Junta de Saúde Sotavento, emitido em sessão de 16 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior e para um centro especializado de ginecologia, por se encontrarem esgotados os recursos locais de tratamento.

Obs.: Evacuar para Senegal.»

Despachos do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 9 de Novembro de 1978:

José António Silva, agente de 2.ª classe da POP, da Direcção-Geral de Segurança — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 9 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos cento e vinte dias de licença para tratamento, a partir da data em que terminou a licença anterior (4 de Agosto corrente), findos os quais deverá voltar de novo a esta Junta acompanhado de um relatório do pneumotisiologista que o trata».

De 15:

Octávio Oliveira Lima, fiscal dos mercados municipais de S. Vicente — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 9 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que ao examinado devem ser concedidos quinze dias de licença para obtenção de elementos complementares de diagnóstico».

De 18 de Novembro de 1978:

Vicente Ferreira Dias, ajudante de meteorologista de 2.ª classe, do Serviço Meteorológico Nacional — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 16 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que o examinado encontra-se em condições de retomar o serviço, em regime moderado».

Obs.: Devé, no entanto, evitar esforços físicos e marchas a grandes distâncias».

De 28:

Octávio Oliveira Lima, fiscal dos mercados municipais de S. Vicente — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 23 de Novembro de 1978, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser observado pelo médico ortopedista, que enviará a esta Junta um relatório sobre o estado do doente».

Extractos de contratos:

De 10 de Novembro de 1978:

Alda Osório de Matos, licenciada em Engenharia Química — contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviços como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou, se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque do cooperante neste Estado e termina em 30 de Setembro, podendo o mesmo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de um ano lectivo, com observância dos prazos contratuais.

Helena Maria Spencer Reis, licenciada em Engenharia Química — contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada ou, se a cooperante preferir um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir da data de desembarque da cooperante neste Estado e termina em 30 de Setembro, podendo o mesmo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de um ano lectivo, com observância dos prazos contratuais.

Carmen Odete Ramos da Silva, habilitada com o 4.º ano da Licenciatura de Engenharia Química — contratada, ao abrigo do Acordo Geral de Cooperação Científica e Técnica, para prestação de serviço como professora do ensino liceal, com direito à remuneração mensal de 12 000\$, casa mobilada, ou, se a cooperante preferir, um subsídio de renda de casa no valor de 4 000\$. Este contrato tem efeitos a partir do desembarque da cooperante neste Estado e termina a 30 de Setembro, podendo o mesmo ser renovado por iguais e sucessivos períodos de um ano lectivo, com observância dos prazos contratuais.

O encargo resultante das despesas tem cabimento na dotação do capítulo 7.º, artigo 41.º da tabela de despesa do orçamento para 1978.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 29 de Novembro de 1978).

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se comunica que Maria Cândida Monteiro dos Santos da Luz, assistente social, provisória, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais, nomeada por despacho de 5 de Agosto de 1977, visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 12 de Julho de 1978 e publicado no Boletim Oficial n.º 33, de 19 de Agosto de 1978, tomou posse do referido cargo em 20 de Setembro de 1978, continuando em comissão de serviço como 2.º secretário da Missão Permanente de Cabo Verde junto da ONU, em Nova Iorque.

RECTIFICAÇÕES

Por ter saído inexacto no Boletim Oficial n.º 34/78, novamente se publica:

Despacho do Camarada Primeiro Ministro:

De 26 de Julho de 1978:

Jacinto Fernandes Levy, mecânico do Ministério das Obras Públicas — transferido, a seu pedido, para o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

Por terem saído inexactos no Boletim Oficial n.º 41/78, de 14 de Outubro, novamente se publicam:

Despachos do Camarada Primeiro-Ministro:

De 24 de Julho de 1978:

João Gomes Silva — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde.

Manuel Lopes Furtado — assalariado para, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde.

De 11 de Setembro:

Alexandrina Deusa de Freitas — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de preparadora de laboratório de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

Filomena da Costa Cruz — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de preparadora de laboratório de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

Diva Maria Carlota Araújo de Sousa Lobo — contratada para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de preparadora de laboratório de 2.ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

João Baptista de Brito — contratado para, nos termos do artigo 45.º do Estatuto do Funcionalismo, exercer o cargo de condutor auto de 3ª classe da Direcção-Geral de Saúde.

As despesas têm cabimento nas dotações inscritas no capítulo 3.º, artigo 14.º do orçamento vigente.

(Visados pelo Tribunal Administrativo e de Contas em 29 de Setembro de 1978).

Por ter saído inexacto no Boletim Oficial n.º 41/78, de 14 de Outubro, novamente se publica:

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura, em substituição do Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 2 de Setembro de 1978:

Emanuel Cândido Almeida Pereira — nomeado para, provisoriamente, exercer o cargo de ajudante técnico de farmácia de 2.ª classe da Direcção-Geral de Farmácia.

Carla Odete Caetano Monteiro de Moraes — nomeada para, provisoriamente, exercer o cargo de preparadora de laboratório de 2.ª classe da Direcção-Geral de Farmácia.

Direcção-Geral da Função Pública e Trabalho, na Praia, 16 de Dezembro de 1978. — O Director-Geral, *Jorge Manuel Soares de Brito*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Direcção-Geral da Educação

Despachos do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 14 de Setembro de 1978:

Nos termos do § 1.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, e dos artigos 4.º e 5.º da Portaria n.º 8 529 e do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, são admitidos como monitores, para leccionarem nos Estabelecimentos de Ensino abaixo indicados, os seguintes indivíduos, a fim de frequentarem cursos de superação, e deverão entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, e artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Concelho da Praia:

- 1 — Arlinda Damiana Santos Lopes — no Posto Escolar n.º 64, de Achada Grande;
- 2 — Idalina Maria Gomes Mota — no Posto Escolar n.º 5, de Vila Nova;
- 3 — Pedro de Alcântara Andrade Alfama — no Posto Escolar n.º 210, de Achadinha;
- 4 — Maria Augusta das Neves Gomes Semedo — no Posto Escolar n.º 212, de Vila Nova;
- 5 — Maria da Luz Fragoso Tavares — no Posto Escolar n.º 61, de Achada Santo António;
- 6 — José Jorge Martins da Costa — no Posto Escolar n.º 63, de Vila Nova;
- 7 — Maria da Conceição Moniz Fernandes — no Posto Escolar n.º 63, de Vila Nova;
- 8 — Maria Augusta Cardoso — no Posto Escolar n.º 20, de S. Martinho Grande;
- 9 — Filomena Nídia Tavares Fernandes — no Posto Escolar n.º 20, de S. Martinho Grande;
- 10 — Amélia de Sá Nogueira Mendes — no Posto Escolar n.º 6, de Lém Ferreira;
- 11 — Zeferina Cunha de Carvalho — no Posto Escolar n.º 210, de Achadinha;
- 12 — Vitória Matilde Gomes Teixeira — no Posto Escolar n.º 5, de Vila Nova;
- 13 — Domingas Soares Rosa — no Posto Escolar n.º 135, de Achada Santo António;
- 14 — Júlia Lopes da Costa — no Posto Escolar n.º 124, de Curral Grande;
- 15 — Maria Henriqueta Livramento Barros Vieira — no Posto Escolar n.º 199, de Calabaceira;
- 16 — Pedro Damião Mendes de Andrade — no Posto Escolar n.º 195, de S. Tomé;
- 17 — Arlete Tavares Gonçalves Nogueira — no Posto Escolar n.º 3, de Achada Santo António;
- 18 — Maria da Glória Lopes de Carvalho Sanches — no Posto Escolar n.º 232, de Várzea da Companhia;
- 19 — Victor Manuel Gomes — no Posto Escolar n.º 203, de Várzea;

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Eugénia Estevão da Rocha Vaz — no Posto Escolar n.º 68, de Achada Igreja;
- 2 — Profirio Ribeiro — no Posto Escolar n.º 215, de Nhagar;

- 3 — Horácio Tavares Varela, — no Posto Escolar n.º 76, de Bombardeiro;
- 4 — Salvador Lopes Teixeira — no Posto Escolar n.º 96, de Achada Leitão;
- 5 — João Carlos Tancredo — no Posto Escolar n.º 149, de Achada Falcão;
- 6 — António Tavares — no Posto Escolar n.º 150, de Achada Lém;
- 7 — Martinha Monteiro Tavares — no Posto Escolar n.º 149, de Achada Falcão;
- 8 — Maria Amélia Gomes Tavares — no Posto Escolar n.º 21 de Achada Falcão;
- 9 — Gilda Varela Furtado — no Posto Escolar n.º 100, de Achada Lém;
- 10 — Cândida Helena de Azevedo Camacho — no Posto Escolar n.º 21, de Achada Falcão;
- 11 — Maria dos Anjos Pinto Furtado — no Posto Escolar n.º 70, de vila de Assomada;

Concelho do Tarrafal:

- 1 — Lourdes Tavares Silva — no Posto Escolar n.º 26, de Calheta;
- 2 — António Dias Costa — no Posto Escolar n.º 53, de Chão Bom;
- 3 — Clarisse Vieira Évora da Graça — no Posto Escolar n.º 26, de Calheta;
- 4 — Maria Dias Varela — no Posto Escolar n.º 53, de Chão Bom;
- 5 — Olegário Mendes Tavares — na Escola n.º 3, de vila do Tarrafal;
- 6 — Augusto Sacramento da Horta — no Posto Escolar n.º 224, da vila do Tarrafal;
- 7 — Roque Sanches Cardoso — no Posto Escolar n.º 224, da vila do Tarrafal;
- 8 — João Alexandre Borges Silva — no Posto Escolar n.º 53, de Chão Bom;
- 9 — Emília Galinha Sanches Cardoso — no Posto Escolar n.º 225, da vila do Tarrafal;
- 10 — Guilherme Mendes Furtado — no Posto Escolar n.º 26, de Calheta;

Concelho do Fogo:

- 1 — Maria Inês Vieira de Andrade — na Casa Materna de S. Filipe;
- 2 — Nerina Barbosa Correia — na Escola Primária n.º 5, de S. Filipe;
- 3 — Teresa Spínola — na Casa Materna de S. Filipe;
- 4 — Ovídio António Monteiro Tavares — na Casa Materna de S. Filipe;
- 5 — Quilda Rodrigues Andrade — na Casa Materna de S. Filipe;
- 6 — Genoveva Rodrigues Andrade — na Casa Materna de S. Filipe;
- 7 — João Monteiro Cardoso — na Escola Primária n.º 5, de S. Filipe;
- 8 — Guilhermina Graciette Barros Amado Cardoso — na Escola n.º 5, de S. Filipe;
- 9 — Maria Dalila Correia — na Escola Primária n.º 5, de S. Filipe;
- 10 — Audília Maria de Jesus — na Escola n.º 5, de S. Filipe;

Concelho da Brava:

- 1 — Lucília Gomes — na Casa Materna de Nova Sintra;
- 2 — Lídia Tavares de Pina — no Posto Escolar n.º 83, de Casa Materna;
- 3 — Aurora Santos de Pina — no Posto Escolar n.º 57, de Mato Grande;

- 4 — João Cândido Delgado — na Casa Materna de Nova Sintra;

Concelho de S. Vicente:

- 1 — Arminda Maria Rodrigueus Monteiro — no Posto Escolar n.º 48-B, de Lar de Nho Djunga;
- 2 — Carlota Alina Lopes Andrade — na Escola Primária n.º 12-B, de Ribeira Bote;
- 3 — Maria de Cristina Santos Soares — no Posto Escolar n.º 140-B, de Ribeirinha;
- 4 — Maria Helena Tolentino — no Posto Escolar n.º 57-B, do Mindelo;
- 5 — Maria José Boaventura Silva — no Posto Escolar n.º 129-B, de Ribeira de Craquinha;
- 6 — Maria da Piedade Lima — no Posto Escolar n.º 129-B, da Bela Vista;
- 7 — António Fortes Rocha — no Posto Escolar n.º 1-B, de Monte Sossego;
- 8 — Edna Gomes Monteiro — no Posto Escolar n.º 99-B, do Mindelo;
- 9 — Imelda Filomena Andrade da Cruz — no Posto Escolar n.º 99-B, do Mindelo;

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — Francisca Monteiro Rocha Duarte — no Posto Escolar n.º 133-B, de Penha de França;

Concelho de S. Nicolau:

- 1 — Aurora Spencer dos Reis — no Posto Escolar n.º 160-B, de Talho;
- 2 — Arlindo João Gomes — no Posto Escolar n.º 93-B, de Carvoeiros;
- 3 — Benvinda Almeida Lopes — no Posto Escolar n.º 87-B, de Calejão;

Concelho do Sal:

- 1 — Maria Alexandria da Cruz Duarte Silva — no Posto Escolar n.º 114-B, do Aeroporto;
- 2 — Maria de Purificação Rodrigues Martins — no Posto Escolar n.º 42-B, do Aeroporto;

Concelho da Boa Vista:

- 1 — Mercedes Orlanda Lima Spencer — no Posto Escolar n.º 66-B, da vila de Sal-Rei;
- 2 — Joaquim João Évora — na Escola Primária n.º 9-B, da vila de Sal-Rei;
- 3 — Bernardina de Sena Lima — na Escola Primária n.º 9-B, da vila de Sal-Rei;
- 4 — Hirondina Oliveira Santos — no Posto Escolar n.º 66-B, da vila de Sal-Rei;

Nos termos do § único do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 43 913, de 14 de Setembro de 1961, são revalidadas as nomeações dos seguintes professores do ensino primário e de posto escolar, de serviço eventual, para leccionarem nos estabelecimentos do ensino que a seguir se indicam, a pedido e por conveniência de serviço, por despacho desta mesma data nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934 e artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Professores do Ensino Primário:

Concelho da Praia:

- 1 — Hermínia Gomes da Cruz Curado Ferreira — na Escola Primária n.º 1, da Praia;
- 2 — Graciete Filomena Cruz Almeida — no Posto Escolar n.º 66, de Achadinha, ficando a prestar serviço no Departamento Extra-Escolar;

- 3 — Iolanda Nunes de Pina Correia Mendes — no Posto Escolar n.º 65, de Achada de Santo António;
- 4 — Manuela Teresa de Jesus Alves Silva — no Posto Escolar n.º 1, do Paiol, ficando a prestar serviço no Departamento Extra-Escolar;
- 5 — Fátima Maria Ascensão Almeida Monteiro — na Escola Primária n.º 8, de Achadinha;
- 6 — Maria José Epifânio do Rosário Amado Andrade — no Posto Escolar n.º 139, de Fazenda;
- 7 — Maria José Borges de Brito — no Posto Escolar n.º 207, do Paiol;
- 8 — Osilda Monteiro de Azevedo Ramos — na Escola Primária n.º 1, da Praia.

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Fernanda de Pina Monteiro — no Posto Escolar n.º 70, de Assomada;
- 2 — Etelvina dos Reis de Brito — na Escola Primária n.º 16, de Cruz Grande.

Concelho de Santa Cruz:

- 1 — Luiza Maria Mendes Varela Hopffer Barreto — na Escola Primária n.º 12, de Pedra Badejo.

Concelho de S. Vicente:

- 1 — Fernanda Ramos Pinheiro — na Escola Primária — n.º 11-B, do Mindelo;
- 2 — António Ramos Lopes — na Escola Primária n.º 12-B, da Ribeira Bote;
- 3 — Amélia Augusta da Silva Leite Monteiro — na Escola Primária n.º 11-B, do Mindelo;
- 4 — Nicolau Tolentino Ramos — no Posto Escolar n.º 1-B, de Monte Sossego;
- 5 — Maria de Fátima da Luz Lima — na Escola Primária n.º 11-B, do Mindelo;
- 6 — Fausta Maria Silva — na Escola Primária n.º 11-B, do Mindelo;
- 7 — Maria Amélia Ramos St'Aubyn — no Posto Escolar n.º 99-B, do Mindelo;
- 8 — Eduína Brigham Gomes Wahnnon Ferreira — na Escola Primária n.º 1-B, do Mindelo.

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — Mirandolina Rodrigues Duarte — na Escola Primária n.º 3-B, da vila de Ponta de Sol;
- 2 — Celeste Ascensão Duarte — no Posto Escolar n.º 108-B, de Lagoa;
- 3 — Joana Antónia Delgado — no Posto Escolar n.º 16-B, de Chã de Igreja;
- 4 — Maria Manuela Gomes Sabino — na Escola Primária n.º 2-B, da vila da Ribeira Grande;
- 5 — Maria Geneviene Monteiro — no Posto Escolar n.º 8-B, de Coculi;
- 6 — Luísa Anacleto Silva — no Posto Escolar n.º 8-B, de Coculi;

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Silvestra Maria Santos — na Escola Primária n.º 5-B, da vila do Porto Novo;
- 2 — Leandra Teresa da Costa e Silva — no Posto Escolar n.º 25-B, de Ribeira da Cruz;

Diplomados pela Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar:

Concelho da Praia:

- 1 — Maria Rosa Lopes Ferreira — no Posto Escolar n.º 201, de Tira-Chapéu;
- 2 — Felisberta Semedo — no Posto Escolar n.º 156, de Água de Gato;

- 3 — Alexandrina da Cruz Andrade de Carvalho — no Posto Escolar n.º 235, de Lagoa;
- 4 — Nicolau de Andrade — no Posto Escolar n.º 25, de Santana;
- 5 — Anita Barros Dias Ramos — no Posto Escolar n.º 66, de Achadinha;
- 6 — Tiago Luz Mendes da Fonseca — no Posto Escolar n.º 202, de Achada S. Filipe (Granja);
- 7 — Maria Madalena Oliveira Cunha — no Posto Escolar n.º 86, de Ribeirão Chiqueiro;
- 8 — Maria da Conceição Tavares Ribeiro — no Posto Escolar n.º 7, da Cidade Velha;
- 9 — Maria de Fátima Tavares Martins Vaz — no Posto Escolar n.º 232, da Várea;
- 10 — Emanuel Maria Vaz Fernandes — no Posto Escolar n.º 244, de Achada Baleia;
- 11 — Filinto Barros Furtado — no Posto Escolar n.º 203, de Veneza;
- 12 — José Manuel Marques dos Santos — no Posto Escolar n.º 11, de Rui Vaz.

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Maria da Luz Ramos Pereira Silva — no Posto Escolar n.º 191, de Leitão Grande;
- 2 — Margarida Dias — no Posto Escolar n.º 166, de Mato Gêgê;
- 3 — Maria de Lurdes Vaz Almada — no Posto Escolar n.º 168, de Sedeguma;
- 4 — Domingas Duarte Silva — no Posto Escolar n.º 168, de Sedeguma;
- 5 — Inês Furtado da Veiga — no Posto Escolar n.º 76, de Bombardeiro;
- 6 — Benvinda Duarte Silva — no Posto Escolar n.º 213, de Pinha de Engenho;
- 7 — Maria do Rosário Rodrigues de Pina — no Posto Escolar n.º 98, de Pingo Chuva;
- 8 — Maria Teresa Sanches Vaz — no Posto Escolar n.º 164, de Fonte Lima;
- 9 — José Carlos Ferreira — no Posto Escolar n.º 104, de Saltos Acima;
- 10 — Mafalda da Silva — no Posto Escolar n.º 22, de Achada Lém;
- 11 — António Mendes Monteiro — no Posto Escolar n.º 104, de Saltos Acima.

Concelho do Tarrafal:

- 1 — Luísa Cardoso — no Posto Escolar n.º 110, de Ribeireta;
- 2 — Fernando Gomes Moreira — no Posto Escolar n.º 30, de Achada Longueira;
- 3 — Deodato Fernandes Lopes — no Posto Escolar n.º 31, de Achada do Monte;
- 4 — Pedro Abel Freire — no Posto Escolar n.º 170, de Garçote;
- 5 — Mariana Vieira Tavares — no Posto Escolar n.º 173, de Cutelo Gomes.

Concelho de Santa Cruz:

- 1 — Simão Olavo Fernandes Lopes — no Posto Escolar n.º 180, de Serelho;
- 2 — Maria Celeste Nunes Pinto — no Posto Escolar n.º 194, de Levada;
- 3 — Elisa Almeida da Veiga — no Posto Escolar n.º 123, de Liberão;
- 4 — Andreza Avelina Garcia Andrade — no Posto Escolar n.º 15, de Pedra Badejo;
- 5 — Maria Henriqueta Carvalho de Andrade — no Posto Escolar n.º 18, de Órgãos Pequenos;

- 6 — Ester Monteiro de Brito — no Posto Escolar n.º 12, de João Teves;
- 7 — Belmiro Mendes Tavares — no Posto Escolar n.º 227, de Ribeirão Boi;
- 8 — Maria de Lourdes Pereira de Pina — no Posto Escolar n.º 146, de Porto Madeira;
- 9 — Carlos Ferreira de Pina — no Posto Escolar n.º 84, de Canelo;

Concelho do Maio:

- 1 — Bartolomeu Correia Varela — no Posto Escolar n.º 35, de Calheta;
- 2 — Domingos Mendes dos Reis — no Posto Escolar n.º 78, de Pedro Vaz;

Concelho do Fogo:

- 1 — Maria Teresa Helena Andrade Marcos — no Posto Escolar n.º 241, de Roçadas;
- 2 — Manuel António Andrade Gomes — no Posto Escolar n.º 111, de Salto;
- 3 — Arcângela Pires Garcia — no Posto Escolar n.º 184, de Miguel Gonçalves;
- 4 — Augusta Ramos Miranda — no Posto Escolar n.º 185, de Fonsaco;
- 5 — Cândida da Graça Barbosa Rodrigues — no Posto Escolar n.º 185, de Fonsaco;
- 6 — Antero de Deus Brandão Teixeira — no Posto Escolar n.º 38, de S. Jorge;
- 7 — Alvaro Fernandes Gomes Lopes — no Posto Escolar n.º 114, de Mãe Joana;
- 8 — Zeferino Mendes Monteiro — no Posto Escolar n.º 239, de Tinteira;
- 9 — Maria Antónia Teixeira — no Posto Escolar n.º 40, de Cova Figueira;
- 10 — Maria da Luz Pires Fernandes — no Posto Escolar n.º 54, de Curral Grande;
- 11 — Cristiano Rodrigues Barbosa Silva — no Posto Escolar n.º 112, de Chã das Caldeiras;

Concelho da Brava:

- 1 — Maria Albertina Socorro Monteiro — na Casa Materna da vila de Nova Sintra;
- 2 — Etelvina Pereira Gomes Rosa — na Escola Primária n.º 6, da vila de Nova Sintra;
- 3 — Maria Albertina Monteiro Correia — na Casa Materna da vila de Nova Sintra;
- 4 — Silvestra Vaz Lopes Soares — no Posto Escolar n.º 188, de Furna;
- 5 — José da Conceição Andrade Fernandes — no Posto Escolar n.º 49, de Nossa Senhora do Monte;
- 6 — Maria Ilse Barbosa Vicente — na Escola Primária n.º 6, da vila de Nova Sintra.

Concelho da Ribeira Grande:

- 1 — Antão Lopes Varela — na Escola Primária n.º 2-B, da vila da Ribeira Grande;
- 2 — Teresa Carvalho Silva Borges — no Posto Escolar n.º 73-B, de João Afonso;
- 3 — Casimiro Mendes d'Afonseca — no Posto Escolar n.º 75-B, de Lombo Branco;
- 4 — Mário Vaz — no Posto Escolar n.º 10-B, de Corda;
- 5 — Maria de Brito Costa — no Posto Escolar n.º 15-B, de Boca-de-Ambas-as-Ribeiras;
- 6 — Humberto Ildo Vaz Cardoso — no Posto Escolar n.º 14-B, de Chã de Pedras.

Concelho do Paúl:

- 1 — Octávio Mendes da Costa Santos — no Posto Escolar n.º 23-B, do Eito;

- 2 — Firmino Mendes Ramos — no Posto Escolar n.º 22-B, de Ribeira da Janela (Fajã);
- 3 — Maria Rosa Semedo dos Reis — no Posto Escolar n.º 21-B, de Janela (Penedo);
- 4 — Maria do Carmo Vieira Gonçalves — no Posto Escolar n.º 78-B, de Cabo da Ribeira.

Concelho do Porto Novo:

- 1 — Pedro Andrade Semedo — no Posto Escolar n.º 110-B, de Alto Mira (3.ª Zona);
- 2 — Maria Inês Mendes Correia — no Posto Escolar n.º 125, de Ribeira da Cruz;
- 3 — António Moreno Gonçalves — no Posto Escolar n.º 86, de Manuel Lopes;
- 4 — Mário Mendes Semedo — no Posto Escolar n.º 132-B, de Mato Estreito;
- 5 — António Mendes Gonçalves — no Posto Escolar n.º 83-B, de Lombo das Danças;
- 6 — Maria Cristina Monteiro Tavares — no Posto Escolar n.º 161-B, de Lagoa, de Ribeira das Patas.

Concelho de S. Nicolau:

- 1 — Lourenço Ramos de Oliveira — no Posto Escolar n.º 36-B, de Queimadas;
- 2 — Bernardo Silva Tavares — no Posto Escolar n.º 34-B, de Praia Branca;
- 3 — José Carlos Tavares Gonçalves — no Posto Escolar n.º 37-B, de Ribeira da Prata;
- 3 — João de Lourdes Almeida Borges — no Posto Escolar n.º 40-B, de Juncalinho.

Concelho do Sal:

- 1 — Teresa Vieira Tavares — no Posto Escolar n.º 42-B, de Aeroporto.

Concelho da Boa Vista:

- 1 — Maria Ludmilde Pereira Pires — no Posto Escolar n.º 66-B, da vila de Sal-Rei.

Nos termos do § 1.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, e dos artigos 4.º e 5.º da Portaria n.º 8 529, de 10 de Maio de 1969, conjugados com os artigos 284.º e 285.º do Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1 724, de 23 de Setembro de 1970, são admitidos como monitores, para leccionarem nos estabelecimentos de Ensino abaixo indicados, os seguintes indivíduos, que deverão entrar imediatamente em exercício por urgente conveniência de serviço, reconhecida por despacho desta mesma data, nos termos da alínea a) do § 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24 800, de 20 de Dezembro de 1934, e artigo 29.º do Decreto n.º 43 041, de 1 de Julho de 1960:

Monitores:

Concelho da Praia:

- 1 — Amélia da Conceição Barros Monteiro — no Posto n.º 88, de Praia Abaixo;
- 2 — Maria Emanuela Lopes Semedo — no Posto n.º 93, de Rui Vaz;
- 3 — Nicolau Gomes Cabral — no Posto n.º 101, de Belém;
- 4 — Sérgio Martins Tavares — no Posto Escolar, n.º 89, de Salineiro;
- 5 — José Joaquim Gomes Barros — no Posto Escolar, n.º 231, do Vale da Custa;
- 6 — Emílio Horta Almeida — no Posto n.º 162, de Porto Mosquito;
- 7 — Margarida Francisca Fernandes Miranda — no Posto n.º 154, de Chaminé;

- 8 — Maria do Carmo Pinto — no Posto n.º 91, de Mendes Faleiro;
- 9 — Apolinário Sanches — no Posto n.º 229, de Mosquito de Horta;
- 10 — Antónia de Fátima Lopes — no Posto n.º 88, da Praia Abaixo;
- 11 — Euclides dos Santos — no Posto n.º 8, de Milho Branco;

Concelho de Santa Catarina:

- 1 — Maria Teresa Rocha Barros — no Posto n.º 13, de Achada Igreja;
- 2 — Joaquim José de Carvalho — no posto n.º 13, de Achada Igreja;
- 3 — Félix Pereira Barreto — no Posto n.º 163 de Boa Entrada;
- 4 — Estevão Vieira Mendes — no Posto n.º 120, de Bur-Bur;
- 5 — José Pereira Barreto — no Posto Escolar de Ribeirão Isabel;
- 6 — Mário Rodrigues de Carvalho — no Posto Escolar n.º 98, de Pingo Chuva;
- 7 — João Crisóstomo Furtado Mascarenhas — no Posto Escolar n.º 74, de Ribeirão Manuel;
- 8 — Josefa Correia Mendes Teixeira — no Posto Escolar n.º 76, de Bombardeiro;
- 9 — António Monteiro — no Posto Escolar de Mato Sanchinho;
- 10 — João Duarte Moreira — no Posto Escolar n.º 75, de Palha Carga;
- 11 — Benvindo Silva Furtado — no Posto Escolar n.º 218, de Pedroso;
- 12 — Maria de Fátima José Mendes — no Posto Escolar de Liberão;
- 13 — Apolinário Rocha — no Posto Escolar de Charco;
- 14 — Maria Madalena da Veiga — no Posto Escolar de Achada Alazão;
- 15 — Emídio Lopes Tavares — no Posto Escolar de Achada Lém;
- 16 — Filomena Rodrigues Monteiro — no Posto Escolar n.º 216, de Volta do Monte;
- 17 — Catarina Gomes Miranda — no Posto Escolar de Lugar Velho;

Direcção-Geral de Educação na Praia, aos 6 de Setembro de 1978. — Pelo o Director-Geral *Oscar Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Direcção-Geral de Saúde

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 20 de Novembro de 1978:

Celeste Eugénia Fonseca Maturico, enfermeira de 2.ª classe, interina, da Direcção-Geral de Saúde — demitida das suas funções, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º, do Decreto n.º 14/77, de 5 de Março.

De 25:

Maria Luisa Barros Mendes Tavares, auxiliar de enfermagem, provisória, da Direcção-Geral de Saúde, actualmente em serviço no Posto Sanitário dos Mosteiros — transferida, por conveniência de serviço, para o Hospital da Praia.

António Aimeida Cardoso, agente sanitário, assalariado, da Direcção-Geral de Saúde — despedido de serviço de harmonia com o disposto na alínea b) do artigo 53.º do Estatuto do Funcionalismo.

COMUNICAÇÃO

Para os devidos efeitos se faz saber que no passado dia 22 de Novembro de 1978, faleceu, na sua residência, na Calheta S. Miguel, João Gomes de Brito, que foi agente sanitário, assalariado, da Direcção-Geral de Saúde.

Direcção-Geral de Saúde, na cidade da Praia, 2 de Dezembro de 1978. — O Director-Geral, *António José Cohen* técnico superior de 1.ª classe.

—oSo—

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral das Obras Públicas

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 6 de Dezembro de 1978:

Manuel Afonso Mota, escriturário-dactilógrafo, interino, da Direcção-Geral das Obras Públicas — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, a partir de 31 de Dezembro do corrente ano.

Direcção-Geral das Obras Públicas, na Praia, 6 de Dezembro de 1978. — O director-geral, *Adriano de Oliveira Lima*.

—oSo—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 5 de Dezembro de 1978:

Homologa a constituição do júri do concurso para aspirantes, a que se refere o anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 29/78, de 22 de Julho:

João Rodrigues Baptista, escrivão de direito do Tribunal da Região de Barlavento, que presidirá.

Armanda Alcina Mendes Fonseca Torres, 1.º oficial de nomeação definitiva desta Direcção-Geral, colocada em S. Vicente.

Fernanda Maria Silva Oliveira Fonseca, 1.º oficial, de nomeação interina desta Direcção-Geral, igualmente colocada em S. Vicente.

Lista definitiva dos candidatos admitidos ao concurso aberto por aviso publicado no *Boletim Oficial* n.º 29/78, de 22 de Julho, para provimento de vagas de aspirantes do quadro da Direcção-Geral dos Registos e Notariado, homologada por despacho do Camarada Ministro da Justiça, de 5 de Dezembro do corrente ano.

1. Félix Gomes Tavares;
2. Filomena Rosa Mendes Teixeira Silva;
3. Gustavo Cordeiro Dias de Sousa;
4. Isabel Maria Bandeira;
5. Iolanda Isabel Santiago Fortes Pinheiro;
6. José António Galvão Gonçalves;

7. Julieta Silva dos Santos Oliveira Rodrigues;
8. Marcelina Pereira Lopes Carvalho Barbosa Vicente;
9. Maria da Conceição Delgado Horta;
10. Maria de Fátima de Andrade Rocha;
11. Maria de Jesus Mendes de Carvalho;
12. Maria dos Reis Monteiro Gomes;
13. Martinho Semedo Lopes;
14. Verónica Silva Pinto;

O concurso terá lugar no dia 22 do corrente mês, com início às 09 30 horas e será realizado simultaneamente em S. Vicente e na Praia (Sedes das Conservatórias dos Registos), respectivamente para os candidatos residentes nas Regiões de Barlavento e Sotavento. Haverá uma única prova, abrangendo toda a matéria constante do aviso publicado no B. O. n.º 13, de 1 de Abril último, tendo a mesma a duração de duas (2) horas.

Qualquer esclarecimento que os candidatos pretendem ser-lhes-à prestado todos os dias úteis e à hora do expediente na Conservatória dos Registos da Região de Barlavento, em S. Vicente e suas Delegações nas outras Ilhas situadas na Região, e na Direcção dos Registos e Notariado, na Praia e Delegações dos Registos existentes em Sotavento.

Direcção-Geral dos Registos e Notariado, na Praia, 5 de Dezembro de 1978.—O Director-Geral, *Eduardo Alberto Gomes Rodrigues*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Secretaria-Geral do Governo

Administração da Imprensa Nacional

AVISO

Mediante autorização superior faz-se público que, no dia 20 de Dezembro, pelas 15 horas, se procederá à venda em hasta pública, à porta da Imprensa Nacional, do seguinte:

500 grades de madeira com as dimensões 1,70x70cm, ao preço de 20\$ cada grade.

As grades serão arrematadas no estado em que se encontram e ao valor da praça será acrescida a percentagem de 10% sobre a qual não recairá adicional algum.

Havendo lugar à 2.ª praça, esta realizar-se-á 15 dias depois, pela mesma hora e à porta do edifício da Imprensa Nacional.

Administração da Imprensa Nacional, na Praia, 11 de Dezembro de 1978.—O administrador, *A. Barreto Monteiro*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

REGIÃO DE SOTAVENTO (SERVIÇO DE NOTARIADO)

Luís de Almeida Cardoso, Júnior, Notário do Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento.

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada em sete do corrente mês de Novembro, neste Cartório a meu cargo, de folhas quarenta e quatro verso a quarenta e cinco no livro de notas para escrituras

diversas número trezentos e sessenta e dois, foi celebrada uma escritura de justificação notarial na qual Haydée Andrade Madeira Lopes da Silva, casada, proprietária e comerciante, residente nesta cidade, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um veículo automóvel da marca «Volkswagen», modelo Sedan — mil e trezentos, com a matrícula CVS dois mil quinhentos e oitenta e seis.

Que este veículo foi adquirido por ela justificante em Agosto de mil novecentos e setenta e sete, por compra que dele fez pelo preço de setenta mil escudos a João Teixeira Caldeira Marques, que se ausentou para país estrangeiro, sem deixar qualquer documento comprovativo de venda a ela justificante.

Que, pela falta de qualquer documento de compra passado pelo dito vendedor, existe impossibilidade de comprovar pelos meios normais a aquisição do referido veículo automóvel.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Sotavento, na Praia, nove de Novembro de mil novecentos e setenta e oito.—O Notário, *Luís de Almeida Cardoso, Júnior*.

CONTA:

Art. 18.º, 1	25\$00
Art. 18.º, 2	10\$00
Art. 25.º, 1, b)	35\$00 = 70\$00
Cofre Geral	7\$00
Taxa de reembolso	2\$00
Selos... ..	30\$00 = 109\$00
São: Cento e nove escudos. Conferida. Registada sob o n.º 60/78.	

(141)

(SERVIÇO DE NOTARIADO)

CERTIDÃO

Jorge Rodrigues Pires, notário do segundo Cartório Notarial da Região de Sotavento da República de Cabo Verde.

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que por escritura de sete do corrente mês de Dezembro, neste Cartório a meu cargo, de folhas trinta e oito a quarenta e um, no livro de notas para escrituras diversas, número trezentos e cinquenta e cinco, foi celebrada uma escritura de constituição de sociedade, por quotas de responsabilidade limitada, que entre si fazem os outorgantes:—Primeiro)—O Senhor António Vicente Lima, casado, empregado bancário, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual nesta cidade, na qualidade de bastante procurador de Alirio Basílio da Cruz Almeida, solteiro, maior, motorista marítimo, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual na cidade do Mindelo, conforme me fez certo verificar através da procuração outorgada em trinta de Novembro findo, perante o ajudante de notário, interino, do Cartório Notarial de Barlavento, documento que me foi apresentado e arquivado.—Segundo)—O Senhor Fortunato Brito Lima, casado, empregado bancário, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual nesta cidade, na qualidade de bastante procurador de Agostinho do Rosário Almeida Pereira, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Alina de Lourdes Silva Barros Almeida Pereira, mecânico, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual na cidade do Mindelo, de passagem por esta cidade outorgada em trinta de Novembro findo, perante o ajudante de notário, interino, do Cartório Notarial de Barlavento, documento que também arquivado.—Terceiro)—Hélder Morbey de Almeida Lima, solteiro, estudante, emancipado plenamente, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, da ilha e concelho de S. Vicente, com residência habitual na cidade do Mindelo, de passagem por esta cidade da Praia.—Quarto)—O Senhor Hermes Lima, casado, empregado bancário, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual nesta cidade, na qualidade de bastante procurador de Ângelo de Jesus de Fátima Lima, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Maria Fernanda Morbey Almeida Lima, natural da ilha da Boa Vista, com residência habitual na cidade do Mindelo, conforme se vê através da procuração outorgada em trinta de Novembro do ano em curso, perante o ajudante de notário, interino, do Cartório Notarial de Barlavento, documento que igualmente arquivado.—E por eles foi dito:—Que, pela presente escritura, constituem uma sociedade, por quotas, de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro) — A sociedade adopta a denominação «EMPRESA INSULANA DE TRANSPORTES MARÍTIMOS, LIMITADA», tem a sua sede na cidade do Mindelo e durará por tempo indeterminado.

Segundo) — O seu objectivo é a exploração de transportes marítimos e outros ramos de negócio nas ilhas de Cabo Verde ou no estrangeiro, conforme for deliberado pelos sócios.

Terceiro) — O capital social é de um milhão e quinhentos mil escudos, assim distribuído: a) — Alírio Basílio da Cruz Almeida, quinhentos mil escudos; b) — Agostinho do Rosário Almeida Pereira, quinhentos mil escudos; c) — Hélder Morbey de Almeida Lima, quatrocentos e noventa e cinco mil escudos; e Ângelo Jesus de Fátima Lima, cinco mil escudos, inteiramente realizado e subscrito em dinheiro.

Quarto) — É livre a cessão de quotas entre os sócios, mas a sua alienação a favor de estranhos depende do consentimento prévio e expresso da sociedade que goza do direito de preferência.

Parágrafo único) — Quando a sociedade não quiser fazer uso do direito de preferência, na cessão de quotas a estranhos, ela é atribuída aos sócios.

Quinto) — Poderão os sócios fazer à sociedade os suprimentos que venham a ser necessários nas condições que acordarem.

Sexto) — A administração da sociedade, dispensada de caução, pertence aos quatro sócios que desde já são nomeados gerentes.

Parágrafo primeiro) — Todavia a sociedade desde já nomeia gerente da mesma, o sócio Ângelo Jesus de Fátima Lima, que usa o nome abreviado de Ângelo Lima, com a remuneração que vier a ser acordada em acta, bastando a assinatura dele para obrigar a sociedade em qualquer contrato, nomeadamente em aberturas de crédito simples ou com hipoteca a celebrar-se com o Banco de Cabo Verde ou outro estabelecimento de crédito, em aceites, saques, endossos de letras, seja qual for o seu montante, podendo subscrever livrança e outros títulos de caução exigida pelas entidades credoras.

Parágrafo segundo) — Em caso de doença, ausência e de qualquer outro impedimento do sócio Ângelo Lima, as atribuições a ele conferidas, serão exercidas por um dos sócios Agostinho do Rosário Almeida Pereira, Alírio Basílio da Cruz Almeida, ou Hélder Morbey de Almeida Lima.

Parágrafo terceiro) — No caso de impedimento de todos os sócios e o gerente que estiver em exercício poderá conferir a estranhos poderes de gerência, por meio de procuração.

Sétimo) — É proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao seu objecto, designadamente em letras de favor, abonações e fianças.

Oitavo) — O ano social é o civil, pelo que se procederá a balanço geral dos negócios da sociedade em trinta e um de Janeiro do ano imediato.

Nono) — Os lucros líquidos apurados, depois de deduzidos o fundo de reserva legal no mínimo de cinco por cento serão divididos em partes proporcionais às quotas de cada sócio e creditadas nas respectivas contas, não podendo ser levantadas senão após deliberação em Assembleia Geral.

Na mesma proporção serão suportados os prejuízos.

Décimo) — A sociedade não se dissolverá pela vontade, renúncia, morte ou interdição dum sócio, mas apenas nos casos taxativamente marcados na lei, sendo liquidatários todos os sócios que entre si procederão a partilha como ajustarem e fôr de direito.

Décimo primeiro) — As assembleias gerais serão convocadas pela gerência por meio de carta registada com aviso de recepção e com a antecedência mínima de trinta dias.

Décimo segundo) — Em todo o omissio regularão as disposições legais aplicáveis e as deliberações legalmente tomadas em assembleia geral, estipulando o foro da Comarca de Barlavento para derimirem as questões emergentes deste contrato.

Está conforme ao original.

Segundo Cartório da Região de Sotavento, na Praia, aos onze de Dezembro de mil novecentos e setenta e oito. — O Notário do Segundo Cartório, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º, 1.º	25\$00
Art. 18.º, 2.º	30\$00
Art. 25.º, 1 b)	55\$00 = 110\$00
Cofre Geral de Justiça	11\$00
Taxa de Reembolso	6\$00
Selos	55\$00
Total	182\$00

São: — cento e oitenta e dois escudos). — Conferida. — Registada sob o n.º 68/78. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

(142)

Juízo de Direito da Região de Barlavento

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pelo Juízo de Direito desta Região, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos executados João António de Carvalho e esposa Maria do Livramento Santos de Carvalho, para no prazo de dez dias, posteriores àqueles dos éditos, reclamarem o pagamento de seus créditos pelo produto dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na acção executiva para pagamento de quantia certa, com processo ordinário movida pelo Banco de Cabo Verde, na qualidade de sucessor do Banco Nacional Ultramarino.

Mindelo, 8 de Novembro de 1978. — O Juiz de Direito, *Belmiro Monteiro Gil*. — O ajudante de escrivão de Direito, interino, *ilegível*.

(143)

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

Pelo Cartório do Juízo de Direito desta Região de Barlavento, na acção com processo ordinário movida pelo autor João José Freitas, casado, marítimo, natural da ilha de São Nicolau, residente em VROON B.U. P.O BOX — 28 — BRESKENS, contra a ré Requelina Luísa Conceição Freitas, ausente em parte incerta do Brasil, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de vinte dias que começa a correr depois de finda a dilação de sessenta dias, contada da segunda e última publicação deste anúncio, consistindo o pedido deduzido naquela acção em ser decretado o divórcio entre o autor e a ré com o fundamento desta ter violado os deveres conjugais, consignados no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 69/76.

Mindelo, 9 de Novembro de 1978. — O Juiz de Direito, *Belmiro Monteiro Gil*. — O ajudante de escrivão de Direito, *Félix do Nascimento Silva*.

(144)